

Concreto substituiu o verde

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

A natureza sentiu o efeito devastador das construções irregulares em Vicente Pires. As áreas verdes, os córregos e as nascentes da ex-colônia agrícola, destinadas à baixa densidade populacional, não resistiram às mudanças. Estudos sobre o lençol freático revelaram que os moradores que usam poços profundos estão consumindo água contaminada por coliformes fecais. A degradação ambiental não atinge somente os moradores. O córrego Vicente Pires, que passa a uma distância pequena de pelo menos 800 casas, está poluído. O dano alcança o Lago Paranoá, que recebe as águas do córrego.

O manancial atravessa o setor habitacional e desemboca em outros dois córregos, o Riacho Fundo e o Paranoá, antes de alcançar o lago. A degradação tem origem no desrespeito às leis ambientais, que proíbem construções a menos de 30m do leito. Mas hoje existem cerca de 800 edificações nessa situação. Metade com famílias morando. Nas proximidades dessas áreas, brota água do solo. A vegetação denuncia, à distância, onde há terreno úmido. No Cerrado, os buritis são conhecidos por brotarem próximos à córregos e ribeirões. Em Vicente Pires, eles dividem espaços com quintais e áreas de lazer privativas.

Um dos buritis está no lote onde mora a dona-de-casa Emília Pereira da Silva, 58 anos, no condomínio Residencial Palmeiras, na chácara 45. Ela alugou a casa há dois meses, mas já foi avisada que pode ter de sair a qualquer momento. A família dorme ouvindo o som das águas do córrego, de tão próxima que está dele. "Aqui é muito úmido, as paredes e os móveis mofam constantemente", co-

menta. A situação dela e de outras 390 famílias não deve durar muito. O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Cássio Taniguchi, anunciou ontem que o governo não vai tolerar ocupações em locais com restrições ambientais. Na próxima semana, avisa, será apresentado cronograma de tarefas que devem ser realizadas para acelerar a regularização, como a desobstrução de áreas próximas a mananciais.

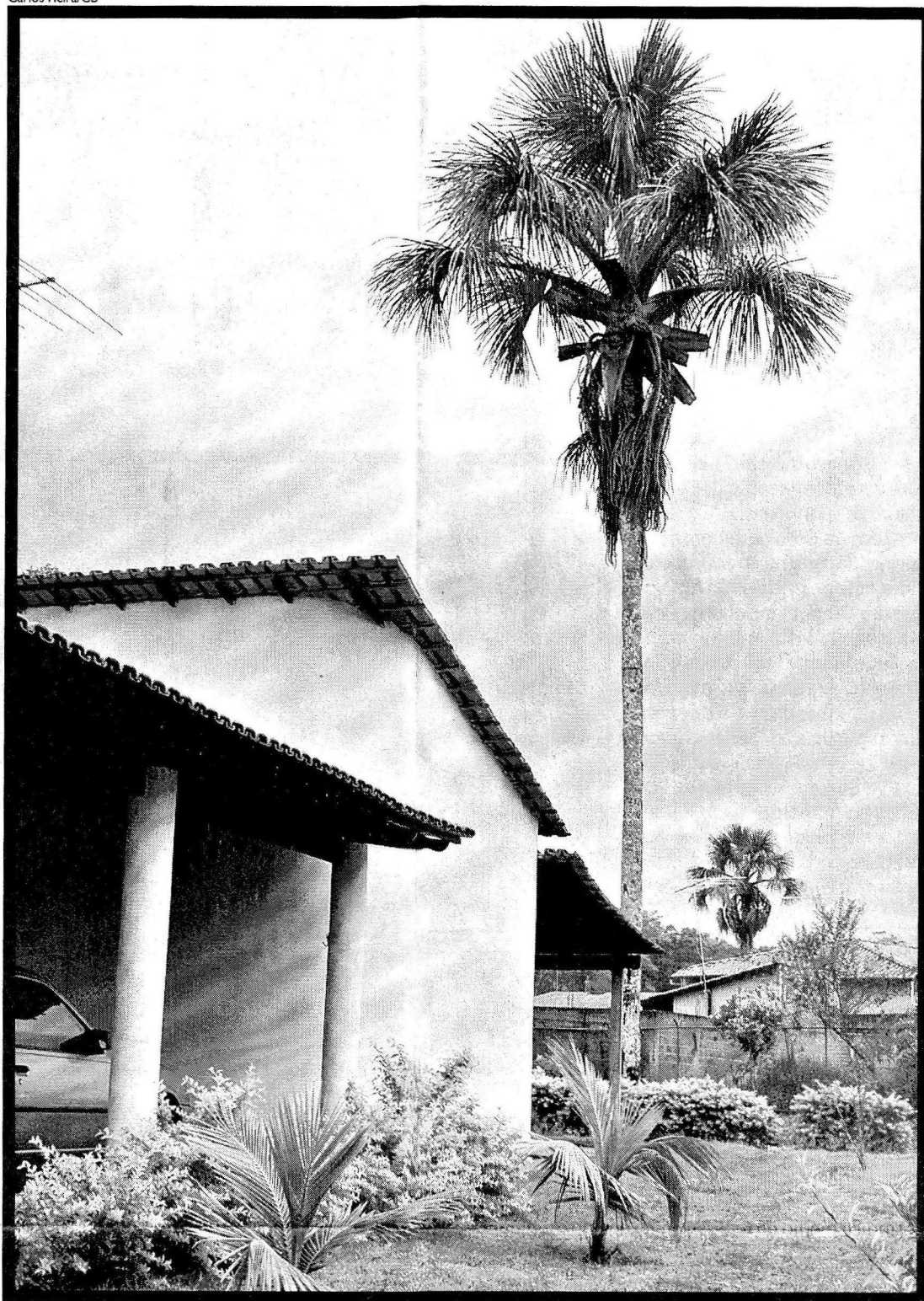
Regularização

No ano passado, os fiscais demoliram três casas e muros de lotes não habitados. Mas as derrubadas são apenas uma das tarefas da lenta regularização de Vicente Pires. Os moradores estão nas mãos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que iniciou o processo há quase dois anos. Eles ainda estão sendo cadastrados e o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) da região não foi aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no DF.

A forma de venda do terreno é discutida com os ocupantes e deve seguir o modelo adotado em outro condomínio em área da União, o Lago Azul, em Sobradinho. Haverá licitação com direito de preferência aos atuais moradores na hora da compra. O gerente regional de Patrimônio da União, Carlos Otávio, defende que houve muito avanço no processo. "Estamos coibindo novas invasões e cadastrando os moradores", ressalta.

Do ponto de vista ambiental, a avaliação não é tão positiva. "Ninguém quer assumir os problemas de Vicente Pires de verdade, por isso os danos ambientais permanecem", critica o superintendente regional do Ibama/DF, Francisco Palhares. "Além disso, como vou licenciar uma área que não sei de quem é?", questiona.

Carlos Vieira/CB



NA CHÁCARA 45, BURITI MARCA O LOCAL ONDE HÁ CURSO D'ÁGUA: FAMÍLIA DORME EMBALADA PELO SOM DO CÓRREGO